

AO JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA

Processo nº. _____

NOME, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (LC nº 80/94, arts. 4º, incisos I e V, e 89, inciso XI), com fulcro no §3º do art. 403 do CPP, apresentar

ALEGAÇÕES FINAIS

aduzindo, para tanto, o que segue:

I - BREVE RELATO DOS FATOS

O réu foi denunciado como incurso nas sanções do artigo 129, §9º, (por duas vezes) e 147 (por duas vezes), ambos do CP, c/c os artigos 5º, I e III, e 7º, I e II, da Lei nº 11.340/06, por haver, supostamente, na DATA, HORÁRIO, ofendido a integridade corporal de sua companheira NOME e de sua filha NOME, bem como as ameaçado de causar-lhes mal injusto e grave.

Devidamente instruído o feito, a Acusação, em suas alegações finais (CITAR FOLHA), requereu a **procedência parcial** da denúncia, condenando-se o réu pelas imputações previstas no artigo 129, §9º, do CP (por duas vezes), bem como reconhecendo-se a prescrição da pretensão punitiva quanto aos delitos previstos no artigo 147 do CP.

Vieram os autos à Defensoria Pública para apresentação de alegações finais, em memoriais.

II - DELITOS DE AMEAÇA: INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

Quanto aos crimes de ameaça, imperioso o reconhecimento de que foram alcançados pela prescrição, conforme se passa a demonstrar.

Os supostos delitos teriam ocorrido em DATA (CITAR FOLHA). A denúncia foi recebida em DATA (CITAR FOLHA). Não houve suspensão processual. Desse modo, considerando o estado atual do processo, incidente, na hipótese, a prescrição da pretensão punitiva, consoante os arts. 107, IV, e 109, VI, ambos do CP, uma vez que transcorrido **prazo superior a três anos** entre o recebimento da denúncia e a presente data.

Dessa forma, requer a Defesa o reconhecimento da extinção da punibilidade quanto aos crimes de ameaça, com base no art. 107, IV, do CP.

III - DELITOS DE AMEAÇA E DE LESÕES CORPORAIS: INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. INFRINGÊNCIA AO ARTIGO 155 DO CPP

Na esfera penal, o decreto condenatório não pode ser lastreado somente em provas colhidas na fase inquisitorial, em provas indiciárias ou meras suspeitas, exigindo, ao contrário, prova que evidencie certeza fundada em dados objetivos e indiscutíveis quanto aos fatos apontados na inicial acusatória.

No ponto, cabe destacar que o procedimento administrativo investigatório não se orienta a comprovar, de forma estanque e insofismável, a materialidade e a autoria delitiva, mas tão somente a coletar indícios suficientes para a formação da “*opinio delicti*”.

Com isso, reserva-se para a fase processual (judicial), porquanto **adjetivada pelo contraditório**, o momento adequado para a formação da culpa do réu, oportunizando-se a ele a amplitude

de suas respectiva defesas, estando o juiz impedido de se valer unicamente dos elementos colhidos na fase inquisitorial para fundamentar uma sentença condenatória (art. 155, *caput*, do CPP).

Nesse contexto, para o advento de um édito condenatório é imprescindível que os elementos colhidos na fase judicial sejam capazes de conduzir, de forma incontestes, à elucidação da materialidade e autoria dos crimes apontados pelo órgão de persecução penal, sob pena de absolvição do(s) acusado(s) ao final.

Na hipótese dos autos, a despeito de terem se manifestado em sede inquisitorial, **as vítimas não foram ouvidas em juízo**, de modo que os indícios produzidos em sede de inquérito policial não foram judicializados.

O Ministério Público, por não ter logrado êxito em localizar as ofendidas, desistiu de sua oitiva (CITAR FOLHA), insistindo, todavia, no interrogatório do acusado (CITAR FOLHA).

Nesse ponto, imperioso destacar que o réu, ouvido sob o crivo do contraditório (mídia – CITAR FOLHA), **negou veementemente** as condutas imputadas, oportunidade em que afirmou

Que os fatos não são verdadeiros; que NOME o convidou para ir à casa dela; que eles não moravam na mesma casa; que ela pegou as filhas e saiu de casa, inclusive com objetos; que o réu ficou em depressão e fez tratamento psicológico; que um dia falou com a esposa, que se queixou que o réu não foi atrás dela; que então o réu foi para a casa da vítima; que ela havia saído para trabalhar; **que à noite conversaram e houve um desencontro de assuntos e discussão; que FULANA é sua princesa e jamais tocaria nela; que após a discussão entre o casal o vizinho veio,**

ouvindo a confusão; que não houve agressão física; que jamais tocaria em sua filha; que NOME se levantou para cima dele e o empurrou; que o vizinho bêbado chegou e se meteu no meio; que o réu ficou contra o vizinho; que outro vizinho chegou e ficou com o réu; que na sequência chegou a viatura policial; que não viu nenhuma lesão no corpo das vítimas; que não viu as lesões na boca da NOME nem na boca de NOME; que quando o vizinho entrou no meio pode ter surgido alguma lesão; que nesse momento nenhuma agressão havia iniciado; que quando foi à cozinha, a filha foi abraçada com ele; que em nenhum momento agrediu a filha; que acredita que a causa dos relatos das vítimas pode ter sido porque tem um filho fora do casamento; que não sabe onde NOME e NOME estão; que tinha um bom relacionamento com NOME; que acredita que NOME defende a mãe; que está surpreso sobre os fatos; que é inocente.

As testemunhas NOME e NOME, arroladas pela Acusação, bem como a testemunha NOME, indicada pela Defesa (CITAR FOLHAS) **não presenciaram os fatos**, em nada podendo contribuir para a elucidação das condutas em apuração.

Ademais, os laudos de CITAR FOLHAS atestam escoriações e equimoses nas vítimas, demonstrando, assim, materialidade do delito. **Não há provas, contudo, da autoria dos fatos pelo réu.**

Nesse viés, é imperioso trazer à lume o escólio da doutrina majoritária: "se o juiz não possui provas sólidas para

formação do seu convencimento, sem poder indicá-las na fundamentação da sua sentença, o melhor caminho é a absolvição" (NUCCI, Guilherme de Sousa, in Código de Processo Penal Comentado, 11ª Edição, p. 739).

No mesmo trilhar, confira-se a jurisprudência do Egrégio TJDFT.

APELAÇÕES CRIMINAIS. TRÊS APELANTES. CRIMES DE ROUBO CIRCUNSTANCIADO PELO EMPREGO DE ARMA E PELO CONCURSO DE PESSOAS. RECEPÇÃO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERCEIRO APELANTE. PRELIMINAR DE ILICITUDE DE PROVA. RÉU OUVIDO NA DELEGACIA COMO TESTEMUNHA, JÁ SENDO SUSPEITO DA PRÁTICA DO DELITO. AUSÊNCIA DE ADVERTÊNCIA DO DIREITO AO SILÊNCIO. VIOLAÇÃO A DIREITO CONSTITUCIONAL. DESENTRANHAMENTO DA PROVA ILÍCITA. PRIMEIRO APELANTE. PLEITO ABSOLUTÓRIO PELOS CRIMES DE ROUBO CIRCUNSTANCIADO. ACOLHIMENTO. DÚVIDAS ACERCA DA AUTORIA DELITIVA. PRIMAZIA DAS PROVAS EM DETRIMENTO DOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO. TERCEIRO APELANTE. PLEITO ABSOLUTÓRIO PELO CRIME DE RECEPÇÃO. ACOLHIMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO DA AUTORIA DO CRIME. SEGUNDO APELANTE. PEDIDO DE FIXAÇÃO DA PENA NO MÍNIMO LEGAL. INVIABILIDADE. RECURSOS CONHECIDOS. PRELIMINAR ACOLHIDA. RECURSO DOS 1º E 3º APELANTE PROVIDOS. RECURSO DO 2º APELANTE NÃO PROVIDO.
(...)

4. Segundo a sistemática estabelecida no artigo 155 do Código de Processo Penal, a avaliação das provas para fins de condenação ou absolvição do acusado deve ser realizada sob o prisma daquelas produzidas sob o crivo do contraditório.

5. Havendo dúvidas razoáveis sobre a efetiva participação do primeiro apelante nos crimes de roubo, uma vez que a autoria a ele imputada não foi elucidada com segurança pelas provas produzidas sob o crivo do contraditório, e, principalmente, tendo em vista o enfraquecimento dos elementos de convicção colhidos na seara inquisitiva, a absolvição é medida que se impõe, pela aplicação do princípio do in dubio pro reo.

6. Uma condenação penal deve ser embasada em provas seguras da materialidade e da autoria do crime, não bastando, para tanto, meros indícios ou conjecturas. Assim, inexistindo provas que apontem, com a necessária certeza, o autor do crime de receptação, a absolvição do terceiro apelante é impositiva, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

(...)

(Acórdão n.1057525, 20130310348547APR, Relator: ROBERVAL CASEMIRO BELINATI, Revisor: SILVANIO BARBOSA DOS SANTOS, 2ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 26/10/2017, Publicado no DJE: 03/11/2017. Pág.: 180/185)

No caso em exame, a única prova judicial capaz de autorizar a condenação do acusado seria a eventual palavra das vítimas, **que não foram ouvidas em juízo**.

Não se deve amparar a pretensão exarada em alegações finais do Ministério Público no sentido de tentar captar a ocorrência da prática delitiva somente com base nas provas produzidas em sede de inquérito policial, **perante o qual a Defesa não possui atuação**.

Destarte, considerando que o conjunto probatório não oferece o necessário respaldo para a versão dos fatos trazida pelo Ministério Público na denúncia, cumpre absolver o acusado das imputações atribuídas, com supedâneo no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

IV - PEDIDOS

Ante o exposto, requer a Defensoria Pública:

a) em relação aos delitos de ameaça (por duas vezes), o reconhecimento da extinção da punibilidade pela **prescrição** (arts. 107, IV, e 109, VI, ambos do CP), com fundamento no art. 107, IV, do CP.

a.1) subsidiariamente, a **absolvição** do acusado, com supedâneo no art. 386, inciso VII, do CPP.

b) quanto aos delitos previstos no artigo 129, §9º, do CP (por duas vezes), a **absolvição** do acusado, com fundamento no art. 386, inciso VII, do CPP.

LOCAL E DATA.

DEFENSOR PÚBLICO

